Fundamentação Jurídica - ART. Nº 75, INCISO II, § 3º da Lei 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE DIVINOLANDIA**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 46435921000188 , com sede na rua XV DE NOVEMBRO, 261, Centro, Divinolândia/SP, CEP 13780-000, Telefone: (19) 3663-8100, por intermédio do Departamento de Compras/ Licitações e Contratos, torna público que, realizará dispensa de licitação, com objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do artigo 75, inciso II, § 3º, da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO  DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: | **DIA 02/07/2024, ÀS 17:00 HORAS** |
| REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: | HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF |
| ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: | Rua XV DE NOVEMBRO, 261, Centro, Divinolândia/SP Departamento de Compras/ Licitações e Contratos |

# – DO OBJETO:

* 1. Constitui objeto do presente procedimento de dispensa de licitação obter proposta adicional de eventuais interessados para **CONTRATAÇÃO DE ÁRBITROS PARA ATUAREM EM CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO E FUTSAL A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO.**
  2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
     1. – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
     2. – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
  3. **Da Justificativa :**

Justifica a solicitação de serviço de prestação de serviços de arbitragem em eventos realizados pelo Departamento de Esportes. Os jogos do município são atividades esportivas realizadas com os atletas de várias categorias e estudantes e têm como objetivos trabalhar a união, o trabalho conjunto, a atividade física, a cordialidade, o respeito, entre outros ligados à formação pessoal e social do cidadão, desenvolvendo com eles os princípios de cidadania. Para que os jugos possam ser realizados da maneira correta, necessitamos da contratação de serviços de arbitragem para consuzirem as partidas de acordo com as regras esportivas e fazer cumprir a Constituição Federal 1998 em seu Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infancia, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

# 2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Departamento de Administração, para exercício de 2024.

# – DO PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO:

* 1. - O valor global máximo estimado para contratação será de **R$48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais)**. Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, atualizado na forma do artigo 182 do mesmo diploma legal, e forma extraidos de cotações já existentes no município.

# 4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

* 1. O presente AVISO ficará ABERTO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site para apresentação de propostas complemenares, e os respectivos documentos poderão ser entregues diretamente no Departamento de Compras / Licitações e Contratos do Município, localizado na rua Rua XV DE NOVEMBRO, 261, Centro, Divinolândia/SP – CEP 13780-000 ou encaminhados no e-mail: [**compras@divinolandia.sp.gov,br**,](mailto:compras@divinolandia.sp.gov,br,) preferencialmente fazendo referência ao número do

procedimento de dispensa.

* + 1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **02/07/2024, às 17:00 horas.**

# Habilitação Jurídica e Fiscal:

* + 1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ;
    2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
    3. Regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
    4. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
    5. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
    6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
    7. Certidão Negativa de Débitos Tralhistas;
  1. **Regularidade Econômico-Financeira**
     1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da comarca sede da proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias da data da Sessão Pública.
     2. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demontre se Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleo vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação estabelecidos no edital

# Proposta de Preços/Cotação:

* + 1. A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
    2. As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
    3. Os preços ofertados não poderão exceder o limite do art. 75, inciso II da Lei

14.133/2021.Devendo obedecer ao valor estipulado pela legislação.

# 5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após execução dos serviços, medianteapresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para realização dos pagamentos, o proponente vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

# 6.0 – DAS PENALIDADES:

* 1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, o Contratado/Adjudicatário que: não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa; deixar de entregar os documentos exigidos no certame; ensejar o retardamento da execução do objeto; não mantiver a proposta; cometer fraude fiscal; comportar-se de modo inidôneo, dentro outras condutas previstas na Lei n.º 14.133/2021.
  2. O Contratado/Adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  3. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativospara a Contratante;
  4. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item/serviço(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcira Contratante pelos prejuízos causados.

# – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

* 1. Poderá o Município revogar o presente aviso, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
  2. O Município deverá anular o presente aviso, no todo ou em parte, sempre que acontecerilegalidade, de ofício ou por provocação.
  3. A anulação do procedimento de dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvadao disposto no §3º, do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
  4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivojusto decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Divinolândia, 27 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Junio B. Do Prado

Departamento de compras

# TERMO DE REFERÊNCIA

1. **– OBJETO:**
   1. Constitui objeto do presente procedimento a para para **CONTRATAÇÃO DE ÁRBITROS PARA ATUAREM EM CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO E FUTSAL A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO,** conforme especificado no item seguinte:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Qtd.** | **Und.** | **Descrição** |
| 1 | 150 | Unid | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL**  Composta por dois árbitros, um cronometrista e um anotador (secretário de mesa), será considerada a partida 02 (dois) tempos de 20 minutos com intervalo de 10 (dez) minutos. Podendo ter necessidade nas fases finais de 02 (dois) tempos de prorrogação de 10 (dez) minutos, ou disputa direta por penalidades máximas (pênaltis). A equipe de arbitragem deverá estar devidamente uniformizada para prática do esporte e não poderá ter nenhum contrato com atletas para que seja mantido a imparcilidade. Serão realizadas 150 partidas de julho a dezembro de 2024 |

# JUSTIFICATIVA

Justifica a solicitação de serviço de prestação de serviços de arbitragem em eventos realizados pelo Departamento de Esportes. Os jogos do município são atividades esportivas realizadas com os atletas de várias categorias e estudantes e têm como objetivos trabalhar a união, o trabalho conjunto, a atividade física, a cordialidade, o respeito, entre outros ligados à formação pessoal e social do cidadão, desenvolvendo com eles os princípios de cidadania. Para que os jugos possam ser realizados da maneira correta, necessitamos da contratação de serviços de arbitragem para consuzirem as partidas de acordo com as regras esportivas e fazer cumprir a Constituição Federal 1998 em seu Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infancia, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

# DO PRAZO DE ENTREGA

* 1. O prazo de entrega do objeto será de até 07 (sete) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/ assinatura do contrato se houver.

# ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021**

OBJETO:

PROPOSTA:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ***ITEM*** | ***DESCRIÇÃO*** | ***UNID*** | ***QUANT*** | ***VALOR***  ***UNITÁRIO*** | ***VALORTOTAL*** |
| *01* |  |  |  |  |  |
| *VALOR TOTAL* | | | |  | |

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta: 60 dias

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente porconta da Empresa contratada.

Razão social - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no AVISO DE DISPENSA DELICITAÇÃO.

xxxxxx, de de 20 .

Assinatura do Responsável e CPF

# Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.